



MEMÓRIA, HISTÓRIA E TEMPO: AS TRAMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Gustavo Castanheira Borges de Oliveira¹

Resumo: O presente texto se dedica a analisar as relações entre memória, história e tempo a partir da segunda metade do século XX, tomando como base a sociedade ocidental de modo geral. Para tal, o texto se estrutura da seguinte maneira: primeiramente, abordamos a temporalidade típica da modernidade, caracterizada pelo progresso, pela “aceleração do tempo” e pelas utopias; em seguida, analisamos a temporalidade surgida a partir da década de 1950, marcada, entre outras coisas, pelo *boom* da memória e das práticas de preservação; por fim, analisamos a relação da memória com a vertiginosa evolução tecnológica das últimas duas décadas, especialmente no que se refere à capacidade de gerar e arquivar uma infinidade de dados e informações.

Palavras-chave: Memória; modernidade; arquivo; história; tempo.

Abstract: This text is dedicated to analyzing the relations between memory, history and time from the second half of the 20th century onwards, based on Western society in general. To this end, the text is structured as follows: first, we approach the temporality typical of modernity, characterized by progress, by the "acceleration of time" and by utopias; then, we analyze the temporality that emerged from the 1950s, marked, among other things, by the "memory boom" and preservation practices; finally, we analyze the relationship between memory and the dizzying technological evolution of the last two decades, especially with regard to the ability to generate and archive an infinite amount of data and information.

Keywords: Memory; modernity; archive; history; time.

Modernidade: o futuro chegou!

Segundo o historiador alemão Reinhart Koselleck² (2006, p. 314), a modernidade é inaugurada a partir do momento em que o horizonte de expectativa se distancia do espaço de experiência, já que até então essas duas dimensões eram bastante próximas. Para o autor (KOSELLECK, 2014, p. 165 et. seq.), a doutrina cristã do fim do mundo, hegemônica durante a Idade Média, mantinha o futuro tão atrelado ao passado que as expectativas remetiam sempre às experiências. As expectativas projetadas a partir das experiências não se referiam a

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: gustavocbo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0935-1854>.

² “Minha tese afirma que na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então.”

este mundo, mas ao além, ao mundo espiritual. Se uma profecia do fim do mundo não se realizasse, ela seria constantemente reiterada, e o seu erro significava uma maior probabilidade de acerto na próxima vez.

Passavam-se gerações entre uma profecia frustrada e o aparecimento de outra nova profecia, de modo que a retomada de uma profecia acompanhava o ciclo natural das gerações. Assim, as expectativas, direcionadas ao fim do mundo, nunca colidiam com as experiências terrenas de longo prazo. Se não houvesse uma mudança fundamental no espaço de experiência desse mundo, a escatologia cristã se reproduziria indefinidamente. Porém, com o advento da modernidade, o espaço de experiência e o horizonte de expectativa sofrem mudanças radicais. Dois elementos são essenciais neste processo: o progresso e a aceleração.

O progresso ordenou grupos, países, classes, regiões, a partir do grau de “desenvolvimento” que esses possuísem. Assim, um grupo tinha a consciência de estar à frente dos outros, e estes deveriam se esforçar para atingir o nível de progresso daquele. Diante disso, aqueles que estivessem no topo da hierarquia se julgavam aptos, e até mesmo encarregados, de levar o “progresso” e a “civilização” para os outros povos. Sociedades que não compartilhavam da contemporaneidade das mesmas inovações técnicas e dos mesmos processos políticos, mesmo assim passaram a ser contemporâneas.

Koselleck (2014, p. 152) explica que pode haver dois tipos de progresso: ocorrido de forma constante, ou de forma acelerada. Se o aumento da produção for sempre o mesmo dentro de períodos iguais, então temos um progresso constante. O progresso acelerado só ocorre se existir um aumento de produtividade, ou seja, a produção aumenta de forma variada dentro dos mesmos períodos de tempo. A aceleração só ocorre se constataremos aumentos geométricos, e não aritméticos, em iguais períodos de tempo.³ Assim, a aceleração é mais do que uma simples mudança e mais que meramente progresso, ela qualifica o “progresso da história”. A mudança, *mutatio rerum*, sempre existiu na história da humanidade, porém “[...] a mudança moderna é aquela que provoca uma nova experiência temporal: a de que tudo muda mais rapidamente do que se podia esperar até agora ou do que havia sido experimentado antes.” (2014, p. 153). Isto caracteriza a experiência da aceleração.

Na esteira das considerações de Koselleck, Aleida Assmann (2013, p.39-56) elenca cinco aspectos presentes no que ela chama de Regime de tempo moderno: tempo de ruptura,

³ Se, por exemplo, há uma empresa que durante 20, 30, ou até mesmo 40 anos, registrou um crescimento de 5% ao ano, então, temos um progresso constante, pois o aumento da produção foi sempre o mesmo em períodos de tempo iguais. Por outro lado, se temos uma empresa que no primeiro ano cresceu 5%, 20% no segundo, 60% no terceiro, 200% no quarto, 2000% no quinto, e assim por diante, então, o que existe é um progresso acelerado, pois o aumento da produtividade é totalmente diferente em iguais períodos de tempo.

ficção de um novo começo, destruição criativa, invenção do histórico, e aceleração da mudança. Por tempo de ruptura, Assmann entende que a estrutura temporal do progresso, típica da modernidade, depende de sucessivas e ininterruptas rupturas, imprimindo uma dinâmica de constante inovação. Assim, como Koselleck já demonstrara, a ruptura entre experiência e expectativa é crescente ao longo da modernidade. Diferentemente das épocas pré-modernas, que acreditavam em origens míticas, com histórias que se situavam pra além do tempo e alcance humanos, a modernidade cria para si um começo terreno, dentro de uma ordem do tempo humana. A modernidade se vê como um novo tempo graças ao esforço humano que leva ao aperfeiçoamento.

A destruição criativa aparece como metáfora para a dinâmica evolucionária moderna: é usada tanto pelo anarquista russo Mikhail Bakunin, que queria construir uma nova sociedade a partir da destruição daquela em que ele vivia, quanto pelo economista Joseph Schumpeter, que acreditava que o capitalismo se renovava a partir da destruição de estruturas já estabelecidas. A modernidade faz surgir também um expressivo interesse pelo estudo do histórico: museus, arquivos públicos e privados, são exemplos de instituições que ganham importância a partir do século XIX. Por fim, há a aceleração da mudança: as coisas não mudam simplesmente de maneira rápida, mas cada vez mais essa velocidade é maior, ou seja, a aceleração é o elemento central para compreendermos as mudanças na modernidade.

As inovações técnicas, os avanços da ciência, os conflitos políticos, as crises sociais, todos esses fatores fazem com que o tempo pareça acelerado. Esse processo de aceleração do tempo, que teve início no limiar da modernidade, encontra-se hoje, início do século XXI, em um momento complexo, onde há aqueles que querem frear essa aceleração, e outros que querem pagar para ver até onde seus limites podem chegar. Diante disso, resta a pergunta: como podemos nos referir ao tempo atual, esse que vivemos agora, nesse exato momento?

“No future”: só resta o presente

Um dos teóricos que se destacam no debate sobre as características da temporalidade ocidental atual é o historiador francês François Hartog. O autor faz uma interessante análise do regime de historicidade atual, chamado de “presentismo”. Segundo as descrições de Hartog (2014, p.140 et seq), o século XX foi o palco histórico da aproximação entre futurismo, fortemente marcado pelo regime de historicidade moderno, e presentismo. As primeiras décadas foram mais futuristas do que presentistas, já o fim do século viu essa relação se inverter. O *manifesto futurista*, escrito em 1909 por Marinetti, é um exemplo da

“fome de futuro” presente no começo do século XX. Para os futuristas a Itália deveria se libertar do passado arcaico, símbolo de atraso, e seguir em alta velocidade rumo ao futuro, sinônimo de um tempo novo e melhor. As vanguardas artísticas compartilharam dessa vontade de futuro, basta ver que foi escrito um *Manifesto dos pintores futuristas* também no começo do século. Hartog cita outros impulsos para o futuro que dominaram a Europa após a Segunda Guerra Mundial: o “futuro radiante” socialista, o “Milagre” alemão, e o período dos “Trinta Gloriosos” franceses.

A partir da segunda metade do século XX o presente passa a ocupar cada vez mais o espaço do futuro. Os slogans “esquecer o futuro” e “No future” marcaram o encerramento da década de 1960 e grafaram nos muros das grandes cidades as desilusões que se seguiram. Junto com os anos 1970 vieram a fragmentação das ideias revolucionárias, a crise econômica de 1974, o crescente desemprego, as dificuldades enfrentadas pelo Estado de Bem-Estar Social, e um horizonte que apontava não mais para o futuro, mas sim para o presente.

A força motriz responsável pela ascensão do presentismo, sempre segundo Hartog, se encontra no desenvolvimento de uma sociedade de consumo, na qual as inovações produzidas com alta tecnologia e em larga escala tornam, cada vez mais depressa, obsoletos os seres humanos e os objetos. “Se o tempo é, há muito, uma mercadoria, o consumo atual valoriza o efêmero.” (HARTOG, 2014, p. 148). Três palavras-chave são representativas do processo de mudança de horizonte do futuro para o presente: memória, patrimônio e comemoração. Todos esses elementos remetem a um outro: identidade. A partir da década de 1970 há uma crescente preocupação com a preservação de monumentos, objetos, culturas tradicionais, espécies animais e vegetais. Pouco a pouco a preservação do patrimônio foi tomando o lugar da lógica da modernização. Esse impulso é igualmente uma busca de memória, de raízes, uma verdadeira constituição de identidade pelo passado. Por fim, é necessário comemorar em nome dessas memórias, dessas identidades e desses patrimônios.

Hartog percebe a crescente importância que assumem os espaços de memória nas últimas décadas:

Pode-se constatar a verdadeira “explosão” dos monumentos do Holocausto nos anos recentes em vários países ou, na França, o impacto do filme “Le Chagrin et la Pitié” (1971) de M. Ophüls. Rememoração, conservação ampla, ou renovação e reabilitação nas políticas urbanas têm valido contra a simples modernização, desafiando a sua até então inquestionada evidência. (HARTOG, 2003, p. 29).

Por sua vez, o filósofo alemão Hermann Lübbe também enxerga uma crescente valorização social de museus nas últimas décadas. De acordo com o autor, o futurismo

italiano foi um grande “inimigo” dos museus, ou pelo menos assim o movimento se enxergava, sendo que Marinetti chegou a se referir a eles como sendo cemitérios que impediam o advento do futuro artístico. Entretanto, o futurismo teria contribuído para o processo de musealização, já que a corrida por inovação faz com que as inovações anteriores se tornem rapidamente envelhecidas. (LÜBBE, 2016, p. 287 et. seq.)

Além do processo de musealização, Lübbe cita a instituição do arquivo como uma característica da modernidade. O principal objetivo dos arquivos não seria outro que não o de subsidiar a auto-historicização da sociedade, já que sua utilidade prática é praticamente irrelevante. O autor nos mostra interessantes dados: cerca de 90% do material arquivado será destruído, e, dependendo do tipo de informação constante no material arquivado, apenas 3% do documento original é arquivado permanentemente. O autor chama de “precepção” esse ato de selecionar o que será arquivado (lembrado) e o que será destruído (esquecido), supondo o que do nosso presente será de maior interesse para as gerações futuras.

Lübbe enxerga uma relação compensatória entre a acelerada evolução da sociedade moderna e a historicização de suas relíquias:

Complementarmente a taxa de inovação aumenta o montante de relíquias históricas e assim, ao mesmo tempo, a quantidade dos bens culturais que para se manterem compreensíveis ou voltarem a ser compreendidos demandam uma explicação especial do ponto de vista metodológico – ou seja, uma explicação histórica. (LÜBBE, 2016, p. 293).

A instituição do arquivo, os processos de preservação de patrimônio e a musealização são resultados dessa relação compensatória: quanto mais inovação produzimos, mais historicizamos nosso passado. Assim, o autor explica o porquê de numa civilização altamente científica e pautada no desenvolvimento tecnológico haver um crescente interesse histórico e um impulso de preservação patrimonial.

Qual o futuro da memória?

O “diagnóstico” que temos até aqui, segundo os autores expostos acima e de acordo com nossa interpretação da realidade, é o de que vivenciamos um período histórico em que o futuro não desperta grandes utopias e o passado não fornece sentido existencial e nem possui o peso da tradição característicos das épocas pré-modernas. Soma-se à isto o fato de que nossa sociedade é, por um lado, inundada todos os dias com inovações, atualizações e tecnologia de ponta, mas, por outro, nunca fez tanto esforço para conservar, memorar e arquivar.

O esforço para que se lembre e se conserve é um elemento essencial dos movimentos contemporâneos que lutam pelos direitos das ditas “minorias”. Nas últimas décadas, os movimentos negro, feminista, indígena e organizações indigenistas, LGBT, entre tantos outros, fizeram do direito e do “dever de memória” uma de suas principais ferramentas na luta por reconhecimento e direitos políticos. Estes grupos construíram poderosas contra-narrativas que foram capazes de desestabilizar as relações de poder da sociedade, desafiando o *status quo* e dando voz a quem antes passava despercebido, ou era massacrado, pela História.

Estas contemporâneas lutas políticas colocam em evidência uma interessante e complexa relação: entre história e memória coletiva. O sociólogo Maurice Halbwachs abordou este tema e elaborou uma clássica oposição entre memória e história. Enquanto a primeira é uma “corrente de pensamento contínuo” que “nada tem de artificial”, podendo se deter em períodos distantes no tempo, de acordo com as tradições e necessidades da coletividade em questão, a segunda é uma elaboração intelectual que divide o tempo em “compartimentos”, como séculos, eras e períodos, estabelecendo assim uma continuidade criada por estudiosos. Por um lado “o mundo histórico é um oceano onde afluem todas as histórias parciais”, ou seja, as várias histórias particulares fazem parte de uma “história universal”, compartilhando teorias e metodologias de pesquisa largamente aceitas e replicadas, por outro, não existe memória universal, mas apenas uma infinidade de memórias coletivas determinadas e relativas à grupos limitados no espaço e no tempo. (HALBWACHS, 1990, p. 85).

Em suma, Halbwachs pensa a história como uma elaboração intelectual feita a partir de métodos e teorias com certo grau de cientificidade, já a memória é algo mais “natural”, carregada de afetividades e sem muita elaboração intelectual. Mas, atualmente, em pleno século XXI, após presenciarmos o “frenesi de memória” das últimas décadas, será possível acreditar na diferenciação estabelecida pelo sociólogo francês? As lutas indígenas e do movimento negro atuam e surtem efeitos tanto no campo estrito da historiografia especializada quanto no campo da memória coletiva. A inserção de conteúdos referentes às culturas indígenas e africanas no currículo da educação básica, bem como o fortalecimento destas áreas no ambiente acadêmico, está intrinsecamente ligada à memória coletiva destes grupos, explícita em práticas de memorização como monumentos, celebrações tradicionais, vestimentas e memoriais.

Assim, a relação entre memória coletiva e história não parece ser a de oposição entre uma e outra, mas de uma proximidade relevante. De fato, o que se estabelece parece ser uma relação onde as duas se influenciam reciprocamente, e no campo das disputas políticas as

lutas pela memória e as conquistas das ditas minorias tencionam fortemente as relações de poder que permeiam a produção e disseminação de conhecimento.

Um dos grandes historiadores que se dedicaram à relação entre memória e história é o francês Pierre Nora, que cunhou um conceito relevante no debate das últimas décadas: lugares de memória. Segundo o autor, na sociedade do século XX, caracterizada pelos meios de comunicação em massa e pelo avanço tecnológico, não há mais espaço para aquele tipo de memória tão comum no século XIX. Na contemporaneidade, aquela memória gestada pela família, pelos pequenos grupos sociais, pela Igreja, não mais existe, e é a história, racionalizada e globalizada, que ajuda a construir identidades e noções de pertencimento. A história-memória deu lugar então à história-crítica, destruidora de mitos. Assim, a memória em nossa sociedade não teve alternativa a não ser se refugiar em “lugares”, como monumentos, datas comemorativas e museus. Nas palavras do autor:

A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e sempre a torna prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem. [...] A história ao contrário pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. [...] No coração da história trabalha um criticismo destrutor da memória espontânea. [...] Sem dúvida um criticismo generalizado conservaria museus, medalhas e museus, isto é, um arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mas esvaziando-os daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória. (NORA, 1993, p. 9).

Os apontamentos de Halbwachs e os de Nora se coincidem no que diz respeito às diferenças entre memória e história. Diferentemente de seu compatriota, Nora analisa de um ponto de vista histórico as mudanças pelas quais a memória passou nas últimas décadas, assinalando, como os outros teóricos expostos acima, o crescimento dos locais reservados à memória e à preservação. O que Nora⁴ aponta é para uma convergência entre história e memória, ou, melhor, as memórias coletivas se tornaram objetos privilegiados para a historiografia. O florescimento da História Oral é um indicativo da “captura” historiográfica realizada sobre a memória, organizando, analisando, problematizando e tentando preservar relatos, tradições e culturas de determinados grupos e indivíduos.

A partir das análises dos autores expostos acima, nos parece que podemos interpretar a realidade histórica contemporânea da seguinte maneira. Existe, de fato, uma grande aproximação entre memória coletiva e história. Talvez, a análise de Nora, segundo a qual a história capturou a memória de tal forma que esta somente sobreviveu inserida naquela, não seja totalmente certa. Um caso interessante é a da relação humana com o sagrado e as

⁴ No entanto, a afirmação de Nora de que a memória não possui um lugar no nosso mundo, já que a história-memória foi substituída por uma história-crítica, nos parece totalmente passível de ser repensada.

diversas manifestações religiosas. As tradições judaicas e muçulmanas, por exemplo, possuem um trabalho com a memória que se distancia bastante da historiografia especializada, mantendo comemorações e rituais tradicionais com uma lógica de funcionamento diferente daquelas mais usuais no mundo ocidental.

Apesar da absorção de parte da memória coletiva pela historiografia, aquela possui uma dinâmica bastante própria, e pode-se até mesmo falar em uma “linguagem da memória” e uma “linguagem historiográfica”. A descontinuidade, a carga afetiva e a imprevisibilidade da memória ainda continuam sendo características que a estruturam e a singularizam, bem como o trabalho intelectual mais profundo, baseado em metodologias e teorias, e a busca por continuidades temporais condicionam a historiografia.

O contexto social atual parece mesmo apontar para as particularidades da memória e a impossibilidade de sua total captura pela historiografia. O mundo contemporâneo parece viver na última década um “frenesi de arquivamento”. Com a evolução tecnológica, os meios e formas de armazenamento de dados se aperfeiçoaram de maneira extraordinária, sendo possível guardar uma quantidade gigantesca de informação em pequenos compartimentos, como um *pen drive*, ou até mesmo em “nuvens”. Este novo mundo apresenta cenário e questões que podem modificar radicalmente nossa forma de lidar com a memória e também com a história. A alta tecnologia reacende o velho sonho humano de “guardar tudo” para a posteridade. Cada documento, vídeo, música e texto armazenados em lugares de fácil acesso: eis a nova fantasia de nossa sociedade, que parece ter conseguido tirar Funes, o memorioso, da ficção e trazê-lo para o mundo real (BORGES, 1999, p.516-523).

No entanto, há um paradoxo contido em nossa tão celebrada tecnologia de arquivamento: com a mesma facilidade que conseguimos arquivar, produzimos diariamente uma infinidade de dados e informações tão irrelevantes que, quando não apagamos pouco tempo depois, armazenamos e nunca mais acessamos. Parece uma verdade universal o fato de que facilidade atrai futilidade. Os dispositivos e formas de armazenamento não são simplesmente os meios pelos quais a memória é trabalhada, mas a sua própria linguagem. Quais as novas relações que a sociedade estabelecerá com a memória e com a história nas próximas décadas? Os arquivos digitais se tornarão “lugares de memória”? Como? Ainda faz sentido falar em lugar de memória?

Retomando as análises de Hartog e Lübbe: com a possibilidade de se fotografar, armazenar e disponibilizar nas redes sociais informações e dados sobre qualquer museu ou monumento existente, qual será o futuro destes locais? Atualmente já podemos visitar, virtualmente, lugares históricos ao redor do planeta. Sem precisar sair de casa, podemos fazer

um *tour* pelas pirâmides do Egito ou pelo Museu do Louvre. A memoração, especialmente a celebração de datas, eventos e lutas históricas importantes, com certeza será afetada pelas possibilidades abertas pela tecnologia das *big datas*.⁵

Outra questão interessante é o fato de que o arquivamento não é somente um desejo de preservar o passado, mas também, e talvez até mais, um projeto de futuro. Afinal, o que armazenar e o que “deletar” são escolhas políticas e culturais. Não podemos ignorar o fato de que a gestão do esquecimento e a gestão da memória são dois lados da mesma moeda. Toda decisão de escolha é também uma opção de abandono. Neste ponto, retomamos a temática da temporalidade histórica: quais as características da nova temporalidade que está emergindo atualmente? Como nossa relação com o tempo histórico será afetada?

Seguindo as considerações dos teóricos expostos em nosso texto, a era pré-moderna pode ser caracterizada pelo poder que o passado exercia na sociedade, fornecendo tradições que geravam sentido para a vida das pessoas; já o início da modernidade foi marcado pelo domínio do futuro em nossas sociedades, expresso na crença e entusiasmo pela evolução tecnológica e pelas utopias políticas; a partir da segunda metade do século XX o que presenciamos foi um desencantamento com o futuro, acompanhado da perda da autoridade exercida pelo passado e pela tradição, compondo assim um quadro social no qual o presente e o imediatismo deram a tônica do momento; atualmente, parece que nos encontramos em um momento com um “horizonte de expectativa” aberto, cujas possibilidades, em boa parte inauguradas pelas novas tecnologias, inclusive as de arquivamento, não estão tão claras ainda.

O *boom* de memória e de preservação ocorrido nas últimas décadas parece ser, em certa medida, um efeito colateral provocado pela aceleração vertiginosa de nossa sociedade, provocando grandes mudanças sociais e culturais, modificando o mundo a nossa volta, e o nosso esforço de preservação parece um desejo insano de segurar nas mãos aquilo que se dissolve e escorre pelos nossos dedos. Num mundo em que “tudo o que é sólido se desmancha no ar”, mais do que nunca a memória terá um papel essencial na sociedade e na existência humana.

⁵ Um caso interessante sobre a relação entre memória e história no mundo atual, é o do Museu do Amanhã, localizado na cidade do Rio de Janeiro. O museu examina o passado, desde as origens do universo e da espécie humana, analisa algumas tendências sociais do presente e apresenta perspectivas para os próximos cinquenta anos. A iniciativa é um indício claro de como nossa sociedade está plasmando novas relações com a memória, dando um local de destaque para o futuro. Para uma análise do tema, Cf.: OLIVEIRA, 2017.

Referências Bibliográficas

- ASSMANN, Aleida. Transformations of the Modern Time Regime. In: LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (orgs). *Breaking up time: Negotiating the Borders between Present, Past and Future*. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 2013.
- BORGES, José Luis. Funes o memorioso. In: *Obras Completas I (1923-1949)*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1999, p.516-523; p.539-546.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2014.
- _____. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História*, n. 148, p. 09 – 34, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2014.
- LÜBBE, Hermann. Esquecimento e Historicização da memória. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 285-300, abr. 2016.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, G. C. B. DE. Musealização: passado, presente, futuro e produção de presença. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 17, n. 193, p. 48-59, 2017.